termope
Grupo Neoenergia

Termopernambuco S.A. CNPJ nº 03.795.050/0001-09 Companhia Aberta CVM nº 01985-2

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.
A Termopernambuco em 2011 registrou resultado operacional de R$ 150,7 milhões, sendo 1,4% superior ao registrado em 2010. O lucro líquido em 2011 foi de R$ 92,2 milhões, 6,4% superior a 2010, que registrou o montante de R$ 86,7 milhões.
O EBITDA em 2011 foi de R$ 192,1 milhões, superior 1,1% ao realizado em 2010. A margem do EBITDA em 2011 foi de 35,7% e em 2010 de 33,5%.
A Termopernambuco reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, particularmente do Estado de Pernambuco, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, ao Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

HISTÓRICO

A Termopernambuco S.A. (TERMOPE) empresa com 100% de participação da Neoenergia S.A., constituída em abril de 2000, teve iniciadas as obras para construção da usina em maio de 2001. Esse investimento de aproximadamente US$ 400 milhões na construção de uma usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão, no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, utilizando como combustível o gás natural, teve origem em compromisso oriundo do edital de privatização da Companhia Energética de Pernambuco – Celpe, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2001.
Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da TERMOPE, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12/05/2004, e desde essa data a TERMOPE vêm contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532 MW ao Sistema Interligado Nacional – SIN, e se consolidando no Estado de Pernambuco, como o principal investimento da iniciativa privada, responsável pela confiabilidade no suprimento de energia o que vem gerando um incremento sustentável na atração e na conseqüente implantação de novos projetos industriais nesse Estado, especificamente na área do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE.
Em função do início da operação comercial, tornaram-se eficazes em maio de 2004, o contrato de fornecimento de gás natural (firmado com a Copergás com interveniência da Petrobrás), com quantidade contratada de 2.150.000 m³/dia, e os contratos de venda de energia, firmados com as distribuidoras CELPE e COELBA, com montantes contratados de 390 MWméd e 65 MWméd, respectivamente, totalizando 455 MWméd.
A usina termoelétrica TERMOPE está implantada numa área de 14 ha, dentro do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, no município de Ipojuca. É movida a gás natural e trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por 2 grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a 2 caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. Esse conjunto formado pelas 3 turbinas é capaz de gerar uma potência elétrica de 532 MWméd. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e posterior descarte da mesma, por meio de um emissário de 800 m de extensão.
Os serviços de operação e manutenção (O&M) são prestados pelas empresas Iberdrola Generación, da Espanha, e Iberdrola Energia do Brasil, e abrangem toda a usina, a linha de transmissão exclusiva e a conexão com a rede básica. Este contrato tem vigência de aproximadamente 16 anos, contados a partir de outubro de 2004.
A Iberdrola Energia do Brasil manteve em 2010 o seu SGI nas normas ISO 9001:2000, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:1999, para seus sistemas de qualidade, gestão ambiental e segurança e saúde ambiental respectivamente, desenvolvidos na TERMOPE.
A Termopernambuco passou pelo processo de manutenção da certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em julho de 2010 através da auditoria realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, de acordo com a NBR ISO 14001:2004 e, mais uma vez obteve êxito. Esta manutenção foi concluída com sucesso e traduz o compromisso da empresa e do Grupo Neoenergia com o Meio Ambiente, focado no desenvolvimento responsável e sustentável. Ainda em 2010 a Termopernambuco obteve a certificação na norma NBR ISO 9001:2008 e integrando com a norma NBR ISO 14001:2004 sob o escopo de "Gestão de Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção de Usina Termelétrica de Ciclo Combinado com Gás Natural", através de auditoria realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, certificado com isso o Sistema de Gestão Qualidade e Meio Ambiente.

MERCADO DE ENERGIA

FORNECIMENTO DE ENERGIA
A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo firmados com as distribuidoras CELPE e COELBA, com montantes contratados de 390 MWméd e 65 MWméd, respectivamente, totalizando 455 MWméd.
A Termopernambuco encerrou 2011, com a melhor geração bruta anual de sua história, com um montante aproximado de 2,713 GWh/ano, ao cerca de 310 MW médios, que representa o atendimento com geração com 64,83% dos PPAs, sendo registrada também a maior geração média diária, com 524,28 MW.

INVESTIMENTOS

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D
Em 2011 foram investidos R$ 4,17 milhões em desenvolvimentos de 24 Projetos de P&D relativos aos ciclos anteriores.
Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.termope.com.br.

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO DE ENERGIA – OPERAÇÃO
A Petrobrás disponibilizou durante o ano de 2011 cerca de 515.562.080 m³ de Gás Natural. Este volume corresponde a aproximadamente 66% da quantidade diária contratual, dos quais foram consumidos pela Termopernambuco o total de 97%, sendo a diferença de 3% justificada pelo problema ocorrido no segundo semestre de 2011 na turbina a gás 1 (TG1), onde o 3º estágio e parte do 2º estagio da turbina foram danificados impedindo assim o consumo da quantidade diária programada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Empresariais	2011	2010	Variação % 2011/2010
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	561.649	599.648	(6,34%)
Receita Operacional Líquida	535.747	568.217	(5,71%)
EBITDA	192.140	190.117	1,06%
Resultado do Serviço	150.668	148.651	1,36%
Resultado Financeiro sem Juros sobre Capital Próprio	(42.872)	(43.536)	(1,53%)
Lucro Líquido	92.210	86.651	6,42%
Margem EBITDA (%)	35,86%	33,46%	2,41 p.p
Margem Operacional (%)	28,12%	26,16%	1,96 p.p
Margem Líquida (%)	17,21%	15,25%	1,96 p.p
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	984.223	1.042.644	(5,6%)
Dívida Bruta	345.727	526.035	(34,3%)
Patrimônio Líquido	436.274	404.364	7,9%
Investimentos	13.412	1.659	708,4%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	273.523	462.261	(40,8%)
Dívida Total Líquida / EBITDA (*)	1,461	0,888	64,5%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,385	0,533	(27,8%)
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	(0,219)	(0,003)	8.386,2%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,442	0,387	14,1%

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.
p.p Pontos Percentuais
A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA	2011	2010	Variação % 2011/2010
Lucro líquido	92.210	86.651	6,4%
Despesas financeiras	58.269	65.401	(10,9%)
Receitas financeiras	(15.397)	(21.865)	(29,6%)
Imposto de renda	13.221	15.874	(16,7%)
Amortização / depreciação	41.472	41.466	0,0%
Amortização de ágio	2.365	2.590	(8,7%)
EBITDA	**192.140**	**190.117**	**1,1%**

ENDIVIDAMENTO

A Termopernambuco possui financiamentos contratado com o BNDES, os quais estão sendo amortizados em 124 parcelas mensais e sucessivas com vencimentos finais em 2015. As remunerações são baseadas na taxa de 6,625% a.a. acima da TJLP. No entanto, o montante correspondente a parcela da TJLP que vier a exceder 6,0% a.a. será capitalizado e exigido juntamente com o principal no vencimento. Adicionalmente, a Termopernambuco registrou em série única a emissão de 40.000 debêntures simples, em outubro de 2007, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. A remuneração é realizada por 105% do CDI a.a. e possuem prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão, vencendo em 8 de outubro de 2014.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Termopernambuco passou pelo processo de manutenção da certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em julho de 2010 através da auditoria realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, de acordo com a NBR ISO 14001:2004 e, mais uma vez obteve êxito. Esta manutenção foi concluída com sucesso e traduz o compromisso da empresa e do Grupo Neoenergia com o Meio Ambiente, focado no desenvolvimento responsável e sustentável.
Em dezembro a Termopernambuco obteve a certificação na norma NBR ISO 9001:2008 e integrando com a norma NBR ISO 14001:2004 sob o escopo de "Gestão de Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção de Usina Termelétrica de Ciclo Combinado com Gás Natural", através de auditoria realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, certificado com isso o Sistema de Gestão Qualidade e Meio Ambiente.
A Termopernambuco, em cumprimento aos objetivos e metas descritos no SGI realizou em 5 de julho de 2010 a doação de 3.000 mudas de plantas nativas da região (Ipê e Ingá), à Secretaria Executiva de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, estas mudas foram utilizadas para plantio em várias localidades do município.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito da Termope é R$ 262.594 mil sendo integralizados R$ 214.570 mil. O capital é representado por 262.594 mil ações ordinárias. Desse total 100% das ações pertencem à Neoenergia.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em abril de 2009. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.980	63.774
Contas a receber de clientes e outros	5	86.629	94.136
Títulos e valores mobiliários	6	2.224	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	28.386	21.948
Estoques		1.200	1.200
Despesas pagas antecipadamente	8	13.678	6.954
Serviços em curso		10.015	5.841
Outros ativos circulantes		520	415
TOTAL DO CIRCULANTE		**212.632**	**194.268**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	7	10	-
Coligadas e controladas		34	34
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	17.481	32.818
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	11	13.373	15.737
Fundos vinculados	9	26.420	57.319
Depósitos judiciais	12	5.621	5.621
Outros ativos não circulantes		-	135
Investimentos		828	1.659
Imobilizado	13	707.813	735.020
Intangível		11	33
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**771.591**	**848.376**
TOTAL DO ATIVO		**984.223**	**1.042.644**

PASSIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	59.757	42.449
Empréstimos e financiamentos	15	28.726	28.878
Debêntures	16	97.830	74.449
Salários e encargos a pagar		135	235
Taxas regulamentares	17	5.783	5.334
Impostos e contribuições a recolher	18	2.210	3.019
Dividendos e juros sobre capital próprio	19/26	6.073	5.636
Provisões	20	-	205
Coligadas e controladas	26	4.339	4.579
Outros passivos circulantes		16	16
TOTAL DO CIRCULANTE		**204.869**	**164.800**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	15	79.735	107.876
Debêntures	16	219.171	314.832
Taxas regulamentares	17	11.188	8.864
Impostos e contribuições a recolher	18	5.621	5.621
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	26.184	35.106
Coligadas e controladas		1.181	1.181
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**343.080**	**473.480**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
Capital social		214.570	214.570
Reservas de capital		105.383	105.383
Reservas de lucro		86.441	70.334
Proposta de distribuição de dividendos adicional		29.880	14.367
Lucro/prejuízo acumulado		-	(290)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**436.274**	**404.364**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**984.223**	**1.042.644**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital: Reserva especial de ágio	Reserva de capital: Reserva de incentivo fiscal	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reservas de lucros: Reserva legal	Lucros/prejuízos acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reclassificado)	**214.570**	**44.429**	**60.954**	**26.457**	**29.337**	**(521)**	**62.463**	**437.689**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	86.651	-	86.651
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(62.463)	(62.463)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	4.333	(4.333)	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	10.207	-	(10.207)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(22.544)	-	(22.544)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(34.969)	-	(34.969)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(14.367)	14.367	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reclassificado)	**214.570**	**44.429**	**60.954**	**36.664**	**33.670**	**(290)**	**14.367**	**404.364**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.210	-	92.210
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(14.367)	(14.367)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	4.610	(4.610)	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	11.497	-	(11.497)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(24.293)	-	(24.293)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(21.640)	-	(21.640)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(29.880)	29.880	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**214.570**	**44.429**	**60.954**	**48.161**	**38.280**	**-**	**29.880**	**436.274**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Ref.	31/12/11	31/12/10
RECEITA BRUTA	22	**561.649**	**599.648**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	23	(25.902)	(31.431)
RECEITA LÍQUIDA		**535.747**	**568.217**
CUSTO DO SERVIÇO	24	(376.302)	(410.285)
LUCRO BRUTO		**159.445**	**157.932**
Despesas gerais e administrativas	24	(8.777)	(9.281)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**150.668**	**148.651**
Receita financeira		15.397	21.865
Despesa financeira		(58.269)	(65.401)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**107.796**	**105.115**
Imposto de renda e contribuição social	10	**(15.586)**	**(18.464)**
Corrente		(18.303)	(19.916)
Diferido		(6.415)	(5.774)
Imposto de renda - SUDENE		11.497	9.816
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.365)	(2.590)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**92.210**	**86.651**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R$			
Ordinária		0,43	0,40

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	561.649	599.648
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	(915)	(85)
	560.734	**599.563**
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(75.990)	(136.388)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(35.605)	(33.968)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(233.002)	(205.434)
	(344.597)	**(375.790)**
Valor adicionado bruto	**216.138**	**223.773**
Depreciação e amortização	(41.472)	(41.466)
Valor adicionado líquido	**174.666**	**182.307**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.397	21.865
	15.397	**21.865**
Valor adicionado total a distribuir	**190.062**	**204.172**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	83	1.147
Encargos sociais (exceto INSS)	92	120
Entidade de previdência privada	1	184
Auxílio-alimentação	-	138
Convênio assistencial e outros benefícios	-	96
Provisão para férias e 13º salário	62	295
Plano de saúde	10	167
Indenizações trabalhistas	6	36
Participação nos resultados	(88)	345
Administradores	250	328
Outros	63	258
Subtotal	**479**	**3.114**
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	84	494
PIS/COFINS sobre faturamento	20.536	25.742
Imposto de renda e contribuição social	15.583	19.916
Outros	509	-
Subtotal	**36.712**	**46.152**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	58.270	65.401
Aluguéis	2.391	2.854
Subtotal	**60.661**	**68.255**
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	24.293	22.544
Dividendos distribuídos	21.640	34.969
Dividendos propostos	29.880	14.598
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	11.497	10.207
Lucro retido (reserva legal)	4.900	4.333
Subtotal	**92.210**	**86.651**
Valor adicionado distribuído	**190.062**	**204.172**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	107.796	105.115
Depreciação e amortização	41.472	41.466
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	55.450	57.755
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	931	-
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(205)	205
	205.444	**204.541**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	7.507	(10.742)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(6.448)	(2.851)
Fundos vinculados	30.899	(25.757)
Despesas pagas antecipadamente	(6.724)	3.855
Outros ativos	(4.144)	(5.399)
	21.090	**(40.894)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	17.308	18.831
Salários e encargos a pagar	(100)	21
Taxas regulamentares	2.773	2.992
Impostos e contribuições sociais a recolher	(7.615)	(17.280)
Coligadas e Controladas	(240)	4.579
Outros passivos	-	1.198
	12.126	**10.341**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**238.660**	**173.988**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(43.979)	(46.861)
Amortização do principal de debêntures	(112.975)	(50.641)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(59.864)	(155.070)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(216.818)**	**(252.572)**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	831	(166)
Aquisição de imobilizado	(14.243)	(1.186)
Aquisição de intangível	-	(12)
Títulos e valores mobiliários	(2.224)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(15.636)**	**(1.364)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**6.206**	**(79.948)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	63.774	143.722
Caixa e equivalentes no final do exercício	69.980	63.774
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**6.206**	**(79.948)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Receita Líquida (RL)	535.747	568.217
Resultado Operacional (RO)	150.668	148.651
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	478	2.974
Valor Adicionado Total (VAT)	190.062	204.172

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	2011 R$ mil	2011 % sobre FPB	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 % sobre FPB	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Alimentação	-	-	-	-	137,00	4,61	0,02	0,07
Encargos sociais compulsórios	50,03	10,46	0,01	0,03	573,00	19,27	0,10	0,28
Saúde	16,90	3,53	-	0,01	167,00	5,62	0,03	0,08
Segurança e saúde no trabalho	4,58	0,96	-	-	-	-	-	-
Educação	14,00	2,93	-	0,01	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	-	13,95	0,47	-	0,01
Creches ou auxílio-creche	0,60	0,13	-	-	-	-	-	-
Transporte	68,00	14,21	0,01	0,04	92,00	3,09	0,02	0,05
Participação nos lucros ou resultados	(88,25)	(18,45)	(0,02)	(0,05)	-	-	-	-
Outros	70,16	14,67	0,01	0,04	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	**136,03**	**28,43**	**0,03**	**0,07**	**982,95**	**33,05**	**0,17**	**0,48**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2011 R$ mil	2011 % sobre RO	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 % sobre RO	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Cultura	84	0,10	0,02	0,04	614	0,42	0,11	0,30
Lei Rouanet	-	-	-	-	348	0,24	0,06	0,17
Lei Audiovisual	84	0,10	0,02	0,04	266	0,18	0,05	0,13
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	4.174	4,94	0,78	2,20	5.475	3,73	0,96	2,68
Total das contribuições para a sociedade	**4.258**	**5,04**	**0,79**	**2,24**	**6.088**	**4,15**	**1,07**	**2,98**
Tributos (exceto encargos sociais)	36.118	42,78	6,74	19,00	25.749	17,56	4,53	12,61
Total - Indicadores sociais externos	**40.377**	**47,83**	**7,54**	**21,24**	**31.837**	**21,71**	**5,60**	**15,59**

	2011	2010
Quanto ao estabelecimento de meta anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, ( ) Cumpre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, ( ) Cumpre de 76 a 100%
4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**2011**	**2010**
Nº de empregados(as) ao final do período	2	3
Nº de admissões durante o período	1	-
Nº de desligamentos durante o período	2	3
Nº de estagiários(as) (1)	2	-
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: de 18 a 35 anos	2	3
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: com ensino médio	1	-
com ensino técnico	-	1
com ensino superior	-	1
pós-graduados	1	1
Nº de empregados por sexo: homens	2	2
mulheres	-	1
% de cargos de chefia por sexo: homens	100%	100%
Remuneração bruta segregada por: empregados	212	220
administradores	174	157

5 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2011			2010		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (+) Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (+) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são eXigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são eXigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	(X) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva

Observações:

(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.

(2) - O aumento do número de reclamações e críticas de consumidores se deu em função da implantação de um novo sistema comercial - SAP/CCS

(3) - A diferença no valor dispendido para o Programa de Eficiência Energética da Coelba no ano de 2010 em relação a 2009 foi devido ao incremento no projeto de doação de geladeiras

	2011	2010
Contigências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	-	2
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)	24	53
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2011: 190.062	Em 2010: 204.172
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	19,32% governo	22,60% governo
	0,25% colaboradores(a)	1,53% colaboradores(a)
	42,47% acionistas	37,63% acionistas
	31,92% terceiros	33,43% terceiros
	6,05% Reserva	4,81% Reserva
	SUDENE 0% Retido	SUDENE 0%Retido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Informações Gerais

A TERMOPERNAMBUCO S.A. ("TERMOPERNAMBUCO" ou "TERMOPE") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Ipojuca, Complexo Portuário de Suape Estado de Pernambuco, tendo por objeto social (i) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços associados a esta atividade, (ii) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (iii) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a realização de seu objetivo social.

A Termelétrica iniciou operação comercial em 15 de maio de 2004, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12 de maio de 2004, com contratos de fornecimento de energia, firmados com as distribuidoras Coelba e Celpe nos montantes de 65 MW médios e 390 MW médios respectivamente, e de Gás Natural com a Copergás, tendo a Petrobras como interveniente, no volume de 2.150.000 m³/dia. Face à indisponibilidade de Gás Natural em 2009, a UTE teve sua Garantia Física reduzida para 413 MW médios.

A Companhia possui a autorização, concedida pela Resolução ANEEL nº 553, de 15 de dezembro de 2000, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central termelétrica, denominada Termopernambuco, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco. Por meio do Despacho ANEEL nº 398, de 12 de maio de 2004 a Companhia teve suas unidades geradoras liberadas para início de sua operação comercial.

Geração	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data do Vencimento
TERMOPE	Termoelétrica	SUAPE	637,5	18/12/2000	17/12/2030

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da expectativa de realização do ágio, energia elétrica comprada na CCEE e realização de impostos e contribuições sociais diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 21).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributaria.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.11 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e/ou quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.13 - Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.14 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.15 - Taxas regulamentares

a) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL às empresas, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a geração de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.16 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.17 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.18 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisado pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	62	80
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	69.918	63.694
	69.980	**63.774**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Títulos a receber	(a)	76.850	74.206
Comercialização de energia na CCEE		9.779	19.930
Total		**86.629**	**94.136**
Circulante		86.629	94.136

(a) Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia no montante de 390 MWh com a CELPE e 65 MWh com a COELBA, com vigência até 2023 e aos valores de reparação da Petrobrás, oriundos da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE.
De acordo com os contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a CELPE e COELBA, a demanda contratada será diretamente proporcional ao número de horas do mês.

	Saldos Vincendos	Vencidos Até 90 Dias	Total 31/12/11	Total 31/12/10 Reclassificado
Setor privado	71.845	5.005	76.850	74.206
Total	**71.845**	**5.005**	**76.850**	**74.206**
Circulante			76.850	74.206

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.224	-
Total				**2.224**	**-**

(*) Diversos vencimentos.
Corresponde ao fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	16.753	12.653
Contribuição Social - CSLL	(a)	7.079	5.354
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		30	-
Programa de Integração Social - PIS	(b)	162	59
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	4.354	3.881
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1	1
Imposto sobre Serviços - ISS		7	-
		28.386	**21.948**
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		10	-
		10	**-**
Total		**28.396**	**21.948**

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores.
(b) Crédito decorrente dos pagamentos de PIS/COFINS em virtude de diferenças apuradas nos exercícios de 2005 e 2006.

8 Despesas Pagas Antecipadamente

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Prêmio de Seguro	(a)	4.100	3.218
Copergás - *Take or Pay*	(b)	9.578	27
Custo a apropriar	(c)	-	3.709
		13.678	**6.954**

(a) A Companhia possui cobertura de seguros de riscos patrimoniais para suas estruturas civis e equipamentos eletromecânicos, incluindo (mas não estando limitado) nesse programa as coberturas de quebra de máquinas, honorários de peritos, remoção de escombros, erros e omissões, medidas de salvaguarda, recomposição de registros e documentos, despesas de combate a incêndios, despesas extraordinárias e lucros cessantes. Possui também cobertura de seguros para terrorismo e responsabilidade civil, incluindo danos morais, guarda de veículos de terceiros e poluição súbita e acidental.
(b) Referem-se ao saldo remanescente das quantidades pagas e não retiradas de gás, as quais a Companhia poderá recuperar durante a vigência do contrato, até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada ou em até um ano após a vigência do contrato.
(c) Refere-se à antecipação da compra do lastro de energia com realização registrada em 2011.

9 Fundos Vinculados

		31/12/11	31/12/10
Fundo Investimento CDI - *Conta-Reserva BNDES*	(a)	26.004	33.757
Caução Arrendamento - SUAPE		416	416
Repasse ICMS - COPERGÁS	(b)	-	23.146
Total		**26.420**	**57.319**
Não Circulante		26.420	57.319

(a) Refere-se principalmente à "Conta de Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", de acordo com o item XVIII da Cláusula 16 do Aditivo nº 1 ao Contrato de Financiamento com o BNDES, a Companhia deverá manter o saldo mínimo equivalente a seis vezes o valor da última parcela vencida de amortização e juros decorrentes deste Contrato durante o prazo de amortização (vide nota explicativa 15). São aplicações com liquidez imediata, e sem vencimento pré-determinado.
(b) Refere-se ao saldo em controvérsia devido ao repasse do custo de ICMS incidente na operação de fornecimento de gás da Petrobrás à Copergás ("Repasse ICMS Downstream"). Em agosto de 2010 foi instaurado o Procedimento Arbitral (Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem) sob nº 2010.00865, onde, em junho de 2011, foi prolatada a sentença arbitral, que deu ganho de causa à TERMOPE. O saldo em controvérsia foi resgatado em setembro de 2011.

10 Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias.
Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/12/11		31/12/10	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	52.553	13.138	96.523	24.131
	52.553	**13.138**	**96.523**	**24.131**
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	48.253	4.343	96.523	8.687
	48.253	**4.343**	**96.523**	**8.687**
Total		**17.481**		**32.818**

	Passivo			
	31/12/11		31/12/10	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	77.012	19.253	103.254	25.814
	77.012	**19.253**	**103.254**	**25.814**
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	77.012	6.931	103.254	9.292
	77.012	**6.931**	**103.254**	**9.292**
Total		**26.184**		**35.106**

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão PLR	145	145	286	286
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	6.776	6.776
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	48.108	48.108	-	-
Outros	4.300	-	89.461	89.461
Total Ativo	**52.553**	**48.253**	**96.523**	**96.523**
Passivo				
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	77.012	77.012	103.254	103.254
Total Passivo	**77.012**	**77.012**	**103.254**	**103.254**

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.
Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Ref.	31/12/11 IR	31/12/11 CSLL	31/12/10 IR	31/12/10 CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		107.796	107.796	105.115	105.115
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(2.365)	(2.365)	(2.590)	(2.590)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(12.712)	(12.712)	(16.983)	(16.983)
Juros sobre capital próprio		(24.293)	(24.293)	(22.544)	(22.544)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		68.426	68.426	62.998	62.998
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		17.107	6.158	15.750	5.670
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Contribuições e doações		-	-	62	22
Multas indedutíveis		3	1	-	-
Outras adições		37	14	65	56
Subtotal adições		**40**	**15**	**127**	**78**
(-) Exclusões					
Reversão da provisão do ágio		(1.147)	(413)	-	-
Reversão da PMIPL		-	-	(1.257)	(452)
Incentivo fiscal SUDENE		(11.497)	-	(10.207)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(84)	-	391	-
Outras exclusões		(2.485)	(887)	-	-
Subtotal exclusões		**(15.213)**	**(1.300)**	**(11.073)**	**(452)**
Imposto de renda e contribuição social no período		1.934	4.873	4.804	5.296
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado		4.430	1.984	4.246	1.528
Imposto de renda e contribuição social no resultado		6.364	6.857	9.050	6.824

(a) Regime tributário de transição
A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.
A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

11 Benefício Fiscal - Ágio Incorporado da Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados positivos durante o prazo de exploração da permissão/autorização e tem origem na aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.
Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	130.674
Provisão constituída	(86.245)
Benefício fiscal	44.429
Amortização acumulada	(84.391)
Reversão acumulada	55.699
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**15.737**
Amortização	(7.689)
Reversão	5.325
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**13.373**
Ativo não circulante	13.373

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração, desde maio de 2004, em 248 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura.

Curva de Amortização de Ágio

Ano	Fatores	Ano	Fatores
2010	0,0583	2018	0,0210
2011	0,0532	2019	0,0182
2012	0,0464	2020	0,0158
2013	0,0401	2021	0,0138
2014	0,0351	2022	0,0122
2015	0,0310	2023	0,0101
2016	0,0263	2024	0,0083
2017	0,0227		

12 Depósitos Judiciais

	31/12/11	31/12/10
Cíveis	5.621	5.621
Total	**5.621**	**5.621**

O valor de R$ 5.621 registrado no balanço, refere-se ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A. Esse valor estava retido no Banco do Brasil, até que fosse decidido se deveria ser recolhido aos cofres públicos ou ser repassado a Iberdrola S.A. por existir um convênio de bi-tributação entre a Espanha e o Brasil. Em junho de 2003, por solicitação judicial, a Companhia depositou em juízo R$ 5.621 até o julgamento final do mérito. A contra-partida desse valor encontra-se registrada no passivo não circulante da Companhia na conta de impostos e contribuições a recolher (vide nota explicativa 18).

13 Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	31/12/11 Custo	Depreciação Amortização Acumulada	31/12/11 Valor Líquido	31/12/10 Valor Líquido
Em serviço					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,00%	89.171	(4.911)	84.260	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4,00%	156.082	(46.949)	109.133	203.148
Máquinas e Equipamentos	4,68%	706.038	(229.048)	476.990	486.013
Veículos	20,08%	66	(64)	2	15
Móveis e Utensílios	9,42%	644	(408)	236	296
Subtotal		**952.001**	**(281.380)**	**670.621**	**689.472**
Em curso					
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		615		615	2.087
Máquinas e Equipamentos		14.324		14.324	22.158
Móveis e Utensílios		13		13	13
Material em Depósito		21.290		21.290	21.290
Outros		950		950	-
Subtotal		**37.192**		**37.192**	**45.548**
Total		**989.193**	**(281.380)**	**707.813**	**735.020**

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço Custo	Em serviço Depreciação Acumulada	Em serviço Valor Líquido	Em curso Custo	Em curso Valor Líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**923.809**	**(234.337)**	**689.472**	**45.548**	**45.548**	**735.020**
Adições	-	-	-	14.243	14.243	14.243
Amortização	-	(41.450)	(41.450)	-	-	(41.450)
Transferências	28.192	(5.593)	22.599	(22.599)	(22.599)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**952.001**	**(281.380)**	**670.621**	**37.192**	**37.192**	**707.813**

Análise do valor de recuperação dos ativos
A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.
Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.
O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia Elétrica:	19.029	13.722
Terceiros	19.029	-
Partes Relacionadas	-	13.722
Encargos de Uso da Rede	3.792	3.424
Terceiros	3.792	3.416
Partes Relacionadas	-	8
Materiais e Serviços	36.936	25.095
Terceiros	36.936	20.547
Partes Relacionadas	-	4.548
Energia Livre	-	208
Total	**59.757**	**42.449**
Circulante	59.757	42.449

15 Empréstimos e Financiamentos

		Encargos		Principal		Total	
Composição da Dívida	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/11	31/12/10
BNDES	TJLP + 6,625% a.a.	584	-	28.742	81.435	110.760	139.654
(-) Custos de transação		-	-	(600)	(1.700)	(2.300)	(2.900)
Subtotal - BNDES		**584**	**-**	**28.142**	**79.735**	**108.460**	**136.754**
Total		**584**	**-**	**28.142**	**79.735**	**108.461**	**136.754**

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 4 de fevereiro de 2004, e Aditivo nº 1 ao Contrato, assinado em 30 de junho de 2005, destinado à implantação de uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade de 520 MW, uma linha de transmissão, uma subestação, localizada no Complexo do Porto de Suape, e o pagamento das máquinas e dos equipamentos nacionais adquiridos necessários à execução do projeto, cujas condições contratuais são as seguintes:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Vencimento	Garantias
BNDES	30/06/05	R$	Construção UTE Termopernambuco	6,625% a.a. acima da TJLP	15/10/2015	Conta-Reserva

Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 273.901. Desde janeiro de 2006 as parcelas de juros estão sendo exigíveis mensalmente, juntamente com a amortização de principal. No entanto, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. será capitalizado e exigido juntamente com o principal.
Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia adotou os procedimentos de contabilização e evidenciação dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e financiamentos.
Nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.
Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	31/12/11 Dívida	31/12/11 Custos Transação	31/12/11 Total Líquido	31/12/10 Dívida	31/12/10 Custos Transação	31/12/10 Total Líquido
2012	-	-	-	28.741	(600)	28.141
2013	28.742	(600)	28.142	28.742	(600)	28.142
2014	28.742	(600)	28.142	28.742	(600)	28.142
2015	23.951	(500)	23.451	23.951	(500)	23.451
Total	**81.435**	**(1.700)**	**79.735**	**110.176**	**(2.300)**	**107.876**

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional Passivo Circulante	Moeda nacional Não Circulante	Moeda nacional Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**28.878**	**107.876**	**136.754**
Encargos	15.086	-	15.085
Transferências	28.741	(28.741)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(43.979)	-	(43.979)
(-) Custos de Transação	-	600	600
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**28.726**	**79.735**	**108.461**

O financiamento com o BNDES apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão e manutenção de conta reserva.

16 Debêntures e Encargos

A Companhia emitiu em 8 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em série única no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2007/045. As debêntures terão vencimento em 8 de outubro de 2014. A destinação de recurso foi, juntamente com parte do caixa da companhia, o pré-pagamento da 1º Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

					31/12/11 Encargos	31/12/11 Principal			31/12/10
Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª emissão	1ª	40.000	105% CDI a.a.	CDI + 0,50 %	2.177	96.000	220.000	318.177	389.281
(-) Custos de transação					-	(347)	(829)	(1.176)	-
Subtotal - 2ª emissão					**2.177**	**95.653**	**219.171**	**317.001**	**389.281**
Total					**2.177**	**95.653**	**219.171**	**317.001**	**389.281**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia adotou os procedimentos de contabilização e evidenciação dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de debêntures.
A escritura de emissão das debêntures da Companhia prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/11 Debêntures	31/12/11 Custos Transação	31/12/11 Total Líquido	31/12/10 Debêntures	31/12/10 Custos Transação	31/12/10 Total Líquido
2012	-	-	-	96.000	(362)	95.638
2013	108.000	(407)	107.593	108.000	(403)	107.597
2014	112.000	(422)	111.578	112.000	(403)	111.597
Total	**220.000**	**(829)**	**219.171**	**316.000**	**(1.168)**	**314.832**

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**74.449**	**314.832**	**389.281**
Encargos	40.365	-	40.365
Transferências	95.991	(95.991)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(112.975)	-	(112.975)
(-) Custos de transação	-	330	330
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**97.830**	**219.171**	**317.001**

17 Taxas Regulamentares

	31/12/11	31/12/10
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	573	537
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	98	175
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.214	13.405
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	86	81
Total	**16.971**	**14.198**
Circulante	5.783	5.334
Não Circulante	11.188	8.864

18 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	19	1.260
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	15	-
Programa de Integração Social - PIS	368	279
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.705	1.294
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	10	28
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	7
Imposto sobre Serviços - ISS	42	1
Parcelamento de Tributos	51	-
Outros	-	150
	2.210	**3.019**
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	5.621	5.621
	5.621	**5.621**
Total	**7.831**	**8.640**

19 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Ação ON
2011			
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	6.073	0,0480095238
AGO de 25 de abril de 2011	Dividendos	14.367	0,0547132738
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	6.073	0,0231280701
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos	21.640	0,0824082586
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	6.074	0,0231307358
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	6.073	0,0231269283
		60.300	
2010			
RCA de 22 de março de 2010	JSCP	5.636	0,026266486
AGO de 26 de março de 2010	Dividendos	62.463	0,291107797
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	5.636	0,026266486
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	5.636	0,026266486
RCA de 29 de outubro de 2010	Dividendos	34.969	0,162972457
RCA de 18 de dezembro de 2010	JSCP	5.636	0,026266486
		119.976	

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/11	31/12/10
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	214.570	214.570
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	92.210	86.651
Incentivo fiscal SUDENE	(11.497)	(10.207)
Absorção de prejuízo acumulado	(290)	(521)
Constituição da reserva legal	(4.610)	(4.333)
Base de cálculo do dividendo	75.813	71.590
Dividendos mínimos obrigatórios	**18.953**	**17.898**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos		
Dividendos intermediários	21.640	34.969
Juros sobre capital próprio	24.293	22.544
Dividendos propostos	29.880	14.367
Total bruto	**75.813**	**71.880**

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

A formação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	**5.636**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	60.301
Pagos no período	(59.864)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**6.073**

20 Provisões

Atualmente, a Companhia está exposta a contingências de natureza trabalhista, fiscal e cível decorrentes do curso normal de nossos negócios. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras.

Fiscais

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
IRPJ/CSLL	(a)	35.724	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(b)	6.305	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(c)	12.323	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		**54.352**			**-**	**-**

(a) A Companhia possui um montante de R$ 35.724 em contingências fiscais, classificadas como possível que trata-se de Auto de Infração que visa a cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes da dedução supostamente indevida de despesas de amortização de ágio, que resultou na redução dos resultados tributáveis nos anos-calendário de 2005 a 2008 e consequentemente na suposta falta de pagamento de IRPJ e da CSLL mensal por estimativa nos anos-calendário 2005 a 2008, razão pela qual foi aplicada a multa de 50% sobre tais valores supostamente devidos.

(b) A Companhia possui um montante de R$ 6.305 em contingências fiscais classificadas como possíveis e que não estão provisionadas, decorrente de auto de infração lavrado em 28 de março de 2007 pela Secretaria da Receita Federal aplicando multa isolada no valor de R$ 6.305 pelo fato da não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio declarados pela Companhia nos anos de 2004 e 2005. Foi apresentada impugnação em 27 de abril de 2007, sendo que em 10 de novembro de 2008, a Companhia tomou ciência da decisão proferida pela 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal, que manteve integralmente o crédito tributário anteriormente lançado. Entretanto, em que pesem os argumentos dos julgadores, a decisão ora proferida não deve prosperar. Em 8 de dezembro de 2008 a Companhia apresentou recurso voluntário solicitando a integral reforma desse julgado, com a conseqüente desconstituição integral do crédito tributário de acordo com o estabelecido na legislação tributária brasileira, que encontra-se pendente de julgamento. Os advogados da Companhia consideram que as chances de êxito são possíveis, razão pela qual a contingência não foi provisionada.

(c) A Companhia possui também um montante de R$ 12.323 em contingências fiscais, classificadas como possível que trata-se de Auto de Infração lavrado para cobrança de Multa Isolada de 75% relativa à suposta falta de retenção ou recolhimento do IR/Fonte incidente sobre os valores pagos à Neoenergia S.A., nos anos de 2006 a 2008, a título de juros sobre capital próprio.

A Companhia possui também contingência fiscal classificada como possível que trata-se de um Mandado de Segurança, visando o reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante de continuar a recolher a contribuição ao PIS e a COFINS sob regime da cumulatividade (Lei nº 9.718/98), com a incidência das alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para COFINS, nos exatos termos estipulados nos artigos 10 e 15 da Lei nº 10.833/03, afastando-se, por consequência, a incidência da Instrução Normativa SRF nº 468/04 sobre as receitas advindas dos contratos firmados com a COELBA e com a CELPE. Não há valores diretamente em discussão.

21 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$ 214.570.

	Nº de Ações (Em Mil) Ações Ordinárias	
Acionistas	**Única**	**%**
Neoenergia S.A.	214.570	100,0
Total	**214.570**	**100,0**

	R$ (Em Mil) Ações Ordinárias	
Acionistas	**Única**	**%**
Neoenergia S.A.	214.570	100,0
Total	**214.570**	**100,0**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais em 75% conforme laudos constitutivos nº 118 e nº 119 de 2005.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R$ 11.497 (R$ 9.816 em 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. O prazo de redução é de 9 (nove) anos contados desde o ano calendário de 2005.

Em atendimento à Lei 11.638/07 e Normas e Procedimentos da CVM nº 555, de 12 de dezembro de 2008, que aprovou CPC 07 Subvenções e Assistências Governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a Reservas de Lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

22 Receita Bruta

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de Energia	(a)	539.071	530.656
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		22.114	68.557
Outras Receitas		464	435
Total		**561.649**	**599.648**

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de Consumidores Faturados		MWh		R$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Suprimento	3	2	3.985.800	3.985.800	539.071	530.656
Total	**3**	**2**	**3.985.800**	**3.985.800**	**539.071**	**530.656**

23 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Impostos:		
PIS	(3.656)	(4.586)
COFINS	(16.877)	(21.156)
ISS	(11)	(7)
Encargos setoriais:		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.358)	(5.682)
Total	**(25.902)**	**(31.431)**

24 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		31/12/11			31/12/10
	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(279)	(215)	(494)	(3.374)
Administradores		-	(68)	(68)	(50)
Entidade de previdência privada		-	(1)	(1)	(183)
Material		(14)	(1)	(15)	(24)
Combustível para produção de energia		(170.378)	-	(170.378)	(141.246)
Serviços de terceiros		(49.198)	(2.356)	(51.554)	(52.757)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		(1.032)	-	(1.032)	(969)
Energia elétrica comprada para revenda		(75.990)	-	(75.990)	(136.388)
Encargos de uso do sistema transmissão		(35.606)	-	(35.606)	(33.968)
Depreciação e amortização		(36.384)	(5.088)	(41.472)	(41.466)
Arrendamentos e aluguéis		(2.232)	(216)	(2.448)	(2.855)
Tributos		(435)	(66)	(501)	(552)
Provisões líquidas - contingências		-	206	206	-
Outros	(b)	(4.754)	(972)	(5.726)	(5.734)
Total custos/despesas		**(376.302)**	**(8.777)**	**(385.079)**	**(419.566)**

a) Custo e despesa de pessoal

Pessoal	31/12/11	31/12/10
Remunerações	(97)	(1.472)
Encargos sociais	(87)	(615)
Auxílio-alimentação	-	(138)
Convênio assistencial e outros benefícios	(127)	(353)
Rescisões	(6)	-
Provisão para férias e 13º salário	(61)	(295)
Plano de saúde	(10)	(167)
Participação nos resultados	(106)	(334)
Total	**(494)**	**(3.374)**

b) Outros custos e despesas operacionais

Outras Despesas	31/12/11	31/12/10
Seguros	(4.588)	(4.380)
Doações e contribuições	(16)	(250)
Transporte	-	(27)
Despesas de viagem	(63)	(107)
Consumo próprio e energia elétrica	(33)	(22)
Propaganda e publicidade	-	(5)
Indenização processos cíveis e fiscais	(23)	25
Alimentação	(41)	(14)
Outros	(962)	(954)
Total	**(5.726)**	**(5.734)**

25 Participações nos Resultados

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2011 é de R$ 88 (R$ 334 em 2010).

26 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			31/12/11			31/12/10		
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.	e)	Dividendos	-	-	-	-	19.570	-
		Juros sobre capital próprio	-	6.073	-	-	21.160	-
			-	**6.073**	**-**	**-**	**40.730**	**-**
Iberdrola Energia S.A.	f)	Prestação de serviço	34	4.339	(42.910)	34	265	(31.336)
			34	**4.339**	**(42.910)**	**34**	**265**	**(31.336)**
Coelba	d)	Energia fornecida	10.972	-	76.878	10.223	-	75.670
			10.972	**-**	**76.878**	**10.223**	**-**	**75.670**
Celpe	d)	Energia fornecida	65.833	-	460.648	61.293	-	454.985
		Prestação de serviço	-	-	(1)	-	-	-
		Uso da Rede	39	-	470	36	-	435
		Outras	441	2	-	328	-	-
			66.312	**2**	**461.117**	**61.657**	**-**	**455.420**
Cosern		Outras	82	-	-	-	-	-
			82	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Itapebi	a)	Reembolso de despesa	-	1.181	-	-	1.181	-
			-	**1.181**	**-**	**-**	**1.181**	**-**
NC Energia	b)	Energia comprada	-	7.858	(30.184)	-	2.294	(118.398)
			-	**7.858**	**(30.184)**	**-**	**2.294**	**(118.398)**
Baguari I	g)	Energia comprada	-	-	-	-	530	-
			-	**-**	**-**	**-**	**530**	**-**
Afluente Transmissão	c)	Uso da Rede	-	6	(56)	-	8	(77)
			-	**6**	**(56)**	**-**	**8**	**(77)**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Itapebi - Reembolso de despesas de pessoal alocados na Termope pagos pela folha de pagamento da Itapebi.

b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

c) Afluente Transmissão - Uso da rede - Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Afluente Transmissão, TERMOPERNAMBUCO e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até a extinção da autorização da geradora ou da transmissora.

d) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.

e) Neoenergia - Valores referentes à JSCP e Dividendos.

f) Iberdrola Energia - Acordo de Serviços de Operação e Manutenção - "O&M", vigência até aproximadamente 13 anos, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.

g) Baguari I - Compra de Energia.

A remuneração total dos administradores em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 174 (R$ 157 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

27 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém contratos derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é ser parte da estrutura de capital que financiou a construção da usina.

√ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo.

√ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos) 31/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	69.980	69.980	63.774	63.774
Titulos e valores mobiliários	2.224	2.224	-	-
Contas a receber de clientes e outros	86.629	86.629	94.136	94.136
Fundos vinculados	26.420	26.420	57.319	57.319
Passivo				
Fornecedores	(59.757)	(59.757)	(42.449)	(42.449)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(108.461)	(108.461)	(136.754)	(136.754)
Debêntures em moeda nacional	(317.001)	(317.001)	(389.281)	(389.281)

Fatores de Risco:

• Riscos financeiros

√ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

		Efeitos	
	Aumento/Redução em Pontos-Base	No Resultado	No Patrimônio Líquido
31/12/11			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(815)	(815)
Passivos Financeiros			
CDI	(83)	2.631	2.631
31/12/10			
Ativos Financeiros			
CDI	99	1.199	1.199
Passivos Financeiros			
CDI	99	(3.854)	(3.854)

• Riscos operacionais

√ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No caso de clientes o risco de crédito é baixo devido aos contratos de fornecimento de energia serem com as distribuidoras do mesmo grupo, COELBA e CELPE.

√ Risco de vencimento antecipado

O contrato de financiamento com BNDES e as debêntures emitidas possuem cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

Os índices apurados com base nas demonstrações contábeis da Companhia estão de acordo com o previsto nos contratos vigentes.

• Gestão do capital

O objetivo principal da administração do capital pela Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, podendo ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações se assim for necessário.

Indicador	Definição	Limites
Dívida líquida/EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de curto prazo/dívida total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano)	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia	> 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

28 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela companhia está demonstrado a seguir (nesta nota valores apresentados em Reais - R$):

Riscos	Data da Vigência (1)	Importância Segurada (R$) (1)	Prêmio (R$) (1)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	1.263.929.533	5.337.980
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	40.000.000	128.963
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	100% Tabela FIPE	4.246

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, muito semelhantes entre si.

Risco Operacional - incluindo cobertura de seguro para seus bens e equipamentos, linhas de transmissão e estruturas civis, incluindo (mas não limitado a) as coberturas de Quebra de Máquinas, Alagamento, Vendaval, Honorários de Peritos, Remoção de Escombros, Erros e Omissões, Medidas de Salvaguarda, Recomposição de Registros e Documentos, Despesas de Combate a Incêndios, Despesas Extraordinárias e Lucros Cessantes.

Responsabilidade civil - incluindo as coberturas de Guarda de Veículos de Terceiros, Poluição Súbita e Acidental e Danos Morais.

29 Arrendamento

A Companhia tem contrato de arrendamento para o complexo industrial portuário com duração de 25 anos e custo mensal de R$ 170 (atualizado com base na variação do IGP-M calculada pela Fundação Getúlio Vargas) representando um custo total de R$ 44.400.

Em 2007, atendendo à solicitação do Governo do Estado de Pernambuco, foi realizado o projeto de deslocamento da Linha de Transmissão de 230 kV da Termopernambuco, no trecho entre a UTE Termopernambuco e Pirapama, sendo construídas 10 novas torres e 5,5 km de linhas. As torres antigas encontravam-se na nova área destinada à Refinaria Abreu e Lima da Petrobrás.

A assinatura de um aditivo ao contrato de arrendamento entre SUAPE e a Termopernambuco viabilizou a execução das obras da linha de transmissão por parte da Companhia, com ressarcimento por parte de SUAPE na ordem de 80%.

Em atendimento à Deliberação CVM 554, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 06, os pagamentos mínimos futuros são como abaixo:

2012	2.335
2013	2.335
2014	2.335
2015	2.335
Após 2015	24.714
Total	**34.054**

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Gonzalo Pérez Fernándes
Vice-Presidente

Titulares	Suplentes
Jose Maurício Pereira Coelho	Jorge Luiz Pacheco
Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa	Mario José Ruiz-Tagle Larrain
	André Luis Dantas Furtado
	Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/O-0-T-RJ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Termopernambuco S.A..

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

Enio Emilio Schneider	Lady Batista de Morais	Paulo Roberto Dutra	Solange Maria Pinto Ribeiro	Erik da Costa Breyer
Diretor-Presidente	**Diretora de Gestão de Pessoas e Administração**	**Diretor de Planejamento e Controle**	**Diretora de Regulação**	**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Termopernambuco S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Termopernambuco S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

www.elipsepublicidade.com.br